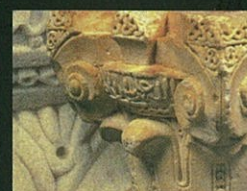


ACTAS

ENCONTROS
PATRIMÓNIO

VILA DO CONDE



VILA DO CONDE

[RUI MATEUS]*

Trazer o Passado para o Presente é planejar o Futuro

Quando pensava no título que poderia dar a este texto surgiu-me uma primeira dúvida que parece ser, até, uma questão de somenos – deveria acrescentar ou não, no fim, um ponto de interrogação? De facto, se dermos alguma atenção a esta questão aparentemente tão simples, ainda existe alguma diferença no facto de ela poder ser afirmativa ou interrogativa...

Na avaliação que é possível fazer, actualmente, aos resultados das estratégias de desenvolvimento local, pelo menos na maior parte dos casos portugueses de que tenho conhecimento, esta indefinição não está ainda resolvida e continua a ser pertinente. E porquê? Bem, principalmente porque os níveis de sustentabilidade não foram ainda atingidos, e o processo de salvaguarda do património cultural está em constante evolução. Sem dúvida alguma, o objectivo a atingir, com o tempo, é fazer desaparecer o eventual ponto de interrogação, atingir o momento em que os resultados obtidos tornam qualquer projecto cultural num claro factor de desenvolvimento. De facto, se tal for conseguido, seguramente que as gerações futuras receberão um muito melhor ambiente cultural, não apenas graças aos benefícios sociais e económicos que daí podem resultar em actividades associadas à dinâmica cultural, mas também pelo simples facto de que, desse modo, o passado fará também parte da sua herança. Tal situação contribuirá para que possuam uma clara visão da importância dos valores inerentes à sua comunidade cultural (a diversos níveis), para que possam ter firmes raízes. Numa época em que tantos problemas sociais têm origem na perda de identidade, qualquer estratégia que esteja relacionada com a valorização do património junto das novas gerações é, seguramente, uma necessidade.

É evidente que o impacto económico que tais projectos arrastam consigo não é negligenciável em termos da indústria do turismo. Devido a este facto, não é invulgar encontrarmos, nos tempos que correm, estratégias de desenvolvimento assentes na herança cultural, particularmente no mundo rural, junto de comunidades deprimidas quer económica quer demograficamente, todas elas procurando tirar alguma vantagem das suas características particulares, tentando, cada vez mais, atrair os concidadãos urbanos que, em crescente número, buscam estes paraísos de férias e de fim-de-semana...

Mas há 20 anos, em Portugal pelo menos, este modelo era bastante invulgar. Com excepção de alguns cascos urbanos de valor histórico

escolhidos nos anos 60 para ilustrarem a herança arquitectónica em diferentes áreas da nação (apresentando-as como "típicas" localidades portuguesas), não existiam praticamente exemplos que pudessem representar uma sólida argumentação a favor de uma estratégia de salvaguarda cultural associada ao desenvolvimento local.

O projecto cultural de Mértola, originalmente, não foi pensado nestes termos, pelo menos não como um cenário completamente estruturado. Conhecimento científico, investigação arqueológica, foi a motivação inicial, uma vez que a localidade possuía zonas intactas e preservadas que guardavam testemunho das ocupações romana e islâmica. A aparentemente excelente oportunidade veio a provar ser real – e no que diz respeito à investigação, ao contribuir para actualizar algumas características do retrato histórico nacional, adquiriu aí um prestígio que veio a ter impactos muito positivos no decurso da implantação da estratégia de desenvolvimento local. Esta, por sua vez, ganhava um efeito de bola de neve cada vez maior a favor da comunidade local. A necessidade e o desejo de promover o património local junto da população deram origem a um processo de apresentação dos novos achados em conjunto com valiosos edifícios e estruturas. Deste enquadramento surgiu um novo conceito – Vila Museu – que aos poucos foi substituindo a alcunha local dada ao casco urbano antigo – vila velha –, transformando-a numa localidade prestigiada a nível nacional e internacional.

Há alguns anos, para uma conferência com uma temática similar, procurei estabelecer uma síntese cronológica da evolução do Projecto Mértola. Com excepção do último dos períodos referidos de seguida (que na realidade acabou por terminar apenas em 2001 – e não em 2000 como foi apresentado nesse cenário prospectivo), nenhum dos outros necessita de actualização, e servem ainda como uma forma rápida de se traçar um retrato genérico deste projecto de desenvolvimento local e cultural. As quatro etapas completadas, aliás, colocam-nos numa espécie de ponto de recomeço, e este é outro aspecto interessante a abordar na segunda parte deste texto.

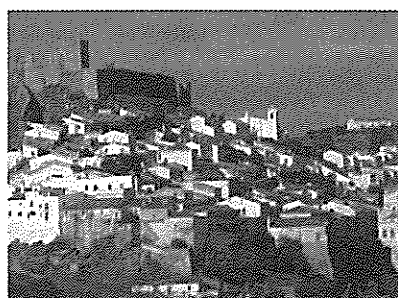
A primeira etapa (que poderia ser designada de "anos de paz e amor", pelo menos até 1984) começou em 1978 e concluiu-se em 1986. O projecto iniciou-se sob a iniciativa do então Presidente da Câmara Serrão Martins, e com a direcção científica de Cláudio Torres (que permanece ainda como Director do CAM), e surgiu de certa forma como mais uma consequência da revolução social e política que Portugal viveu desde a mudança de regime verificada em 1974. A animação cultural e a arqueologia tiveram, durante esses primeiros anos, um grande progresso, e era bastante comum, por todo o país, estudantes universitários deslocarem-se para regiões do interior para trabalhar em projectos científicos. Em Mértola, o entusiasmo e conhecimentos eram partilhados com a juventude local, e destes dois grupos gradualmente emergiu o germe de uma equipa de investigação. Como consequência, a ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola) foi formalmente estabelecida em 1980. No entanto, e à parte os iniciais dois espaços museológicos que foram inaugurados neste período, a falta de um maior suporte financeiro do que aquele

atribuído pela Autarquia nunca permitiu mais do que um trabalho sistemático de recolha de dados científicos. Esta investigação foi feita não só na área da arqueologia, mas também em história local, da arte e documental, antropologia, geografia, biologia, etc., reunindo o máximo possível de informação com a qual foi possível criar o alicerce sobre o qual o edifício deste projecto foi, nos anos vindouros, erigido.

Uma segunda etapa desenrolou-se entre os anos de 1987-1991. Entre estas duas etapas podemos ainda destacar um período de transformações profundas: Serrão Martins morre prematuramente em 1984 e Cláudio Torres virá a abandonar a Universidade de Lisboa, passando a residir permanentemente em Mértola. Portugal torna-se membro da União Europeia em 1986 e, por último mas não menos importante, o Campo Arqueológico de Mértola é encarregue, pelos seus parceiros científicos da área do Mediterrâneo Ocidental, de organizar um convénio científico internacional respeitante ao tema da Arqueologia Medieval.

Este acontecimento (o IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental) trouxe a necessidade de uma nova sede para os departamentos de investigação. Esta, que foi disponibilizada pela Autarquia, em conjunto com uma maior capacidade financeira resultante de projectos apoiados pelos Fundos Estruturais Europeus e pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, permitiram o crescimento e estabilização da equipa de investigação bem como a aquisição de um vasto conjunto de equipamento científico. Uma gestão mais especializada tornou-se também uma necessidade, e por isso o CAM – Campo Arqueológico de Mértola, inicialmente uma secção da ADPM, foi formalmente estabelecido em 1988, separando-se da casa-mãe. Uma decisão que veio a revelar-se da maior importância porque, implicitamente, e a partir desse momento, o CAM passou a ocupar-se principalmente da arqueologia e do património edificado, enquanto que os interesses da ADPM se centravam mais nas áreas do património natural e nos projectos de intervenção social, com destaque para a formação profissional e o apoio a actividades artesanais. Esta separação, enquanto geradora de resultados, provou ter sido muito positiva, embora, desde então, a comunicação entre as duas instituições se tenha transformado num problema sensível.

A terceira etapa (1992-1995) foi um período de dificuldades. A transição entre o 1º e o 2º Quadro Comunitário de Apoio, com um enorme atraso burocrático na implementação deste último, apanhou o projecto numa fase de investimentos nos museus (particularmente na aquisição de espaços para a sua instalação). Este investimento, veio a verificar-se, não foi cuidadosamente planeado e os compromissos financeiros assumidos forçaram à contratação de empréstimos para lhes fazer frente. Também nesta fase o número de projectos científicos obtidos foi menor e com apoios de menor valor. Esta etapa teve graves consequências em termos da estabilidade da equipa científica do CAM, conduzindo a um grande número de modificações na gestão, nem todas correctamente levadas a cabo. Num certo sentido, o facto de momentos tão negativos jamais terem tido lugar em momentos anteriores justificavam que não houvessem



mecanismos de decisão preparados para lidar com tal situação. Os impactos deste "choque com a realidade" podem ainda ser sentidos, particularmente porque permanece a discussão em torno da nova metodologia de gestão que daí resultou, particularmente pelas consequências a nível das alterações na equipa e na sua direcção executiva.

Felizmente para o projecto, considerado na sua globalidade, as políticas ambientais tornaram-se uma das maiores preocupações da última década do século, o que permitiu à ADPM desenvolver um largo número de projectos científicos nesta área, com o apoio do Ministério do Ambiente, da Administração Regional, de instituições internacionais, como a WWF, e, como é óbvio, através dos Fundos de Desenvolvimento Regional oriundos da União Europeia. Os impactos resultantes destes estudos estiveram na base da estruturação de uma outra intenção: a classificação de uma zona da bacia hidrográfica do rio Guadiana como Reserva Natural, objectivo que foi concretizado em 1996 (o Parque Natural do Vale do Guadiana). A proposta para a constituição de uma delegação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, feita pela sua Direcção, sediada em Lisboa, da qual se encarregaram alguns elementos do corpo de investigadores do CAM também funcionou como um meio complementar para evitar um maior descalabro desta equipa. Esta escola técnica, de nível secundário, veio, com os anos, a tornar-se num dos pilares estruturadores do projecto, em termos de realizações concretas, e, simultaneamente, a ter um destacado papel a nível social, já que, pela primeira vez, jovens começaram a deslocar-se para aqui de outros locais para completar os seus estudos. Habitados a ver os seus melhores alunos emigrar, o facto de agora terem de acolher estudantes vindos de longe, de bem longe alguns deles, ajudou a dar um sentido ainda mais positivo aos recursos da vila e concelho de Mértola.

O último destes períodos (1996-2001) representa, provavelmente, a finalização da ideia inicial, a estruturação de uma "vila museu". Um considerável apoio foi dado, em 1996, pelo Fundo de Turismo (um departamento estatal subordinado ao Ministério do Comércio e Turismo) permitindo-nos ter um grande conjunto de novos espaços museológicos (e infraestruturas associadas) a serem concluídos até 2001. Com um igualmente considerável apoio financeiro por parte da Autarquia foi possível acelerar a previsão inicial, com a qual o projecto ganhou sensivelmente uma década em relação às nossas melhores estimativas, feitas em meados da década de 80, para a concretização do conjunto museológico. Desta forma, as actividades económicas locais associadas ao turismo cultural, que dependem em grande medida da atracção de audiências que esses espaços geram, possuem agora no terreno a infraestrutura básica concluída. Este é, seguramente, do ponto de vista social e económico, o mais positivo resultado que é possível apresentar após tantos anos de trabalho.

Já por algumas vezes, em diferentes ocasiões, apresentei a ideia de que o projecto de desenvolvimento local prosseguido em Mértola poderia ser comparado a uma estranha linha de montagem, onde se teve o sonho

louco de colocar um motor de um Ferrari dentro da sedutora carroçaria de um Daimler-Benz de 1905. Uma metáfora representando um poderoso mecanismo actual com uma carroçaria de evidente valor patrimonial. Desta forma seria possível, em simultâneo, salvaguardar o património local usando-o como um recurso para o desenvolvimento, e conduzir a população actual e as vindouras a padrões de qualidade de vida mais elevados. Tal ideia, embora engenhosa (posso dizer-lo tranquilamente porque a sua autoria cabe aos fundadores do projecto, nos quais não estou incluído) significava um duplo esforço na obtenção de financiamentos para a concretizar. Interessante, mas muito dispendioso, este projecto exigiu uma estratégia específica para a sua construção, e também porque o prazo disponível para produzir resultados efectivos não era grande - de facto, as gentes do concelho, desprovidas de grandes soluções de sobrevivência a nível local, onde era elevado o índice de desemprego, emigrava em grande número. Esta urgência requeria uma abordagem diferente do que usar o carro apenas após a sua conclusão - podia acontecer que nessa altura não existissem já passageiros... pelo menos passageiros locais, aqueles que efectivamente contam para o projecto. Assim, a ideia foi prosseguir a busca dos fundos de apoio necessários por um sistema de peça-a-peça, financiando gradualmente o carro a existir um dia... (claro, de acordo com o desenho global que havia sido imaginado e estruturado nos primeiros anos do projecto) e, ao mesmo tempo, convidando todas as audiências, locais e externas, a visitar a oficina de montagem. A estratégia de marketing e comunicação passou por fazer compreender às pessoas o que é que elas estavam a ver e o que dali haveria, um dia, de resultar, e a seriedade, meticulosidade e relevância social que possuía este processo - e, particularmente com as audiências externas, apelando à sua solidariedade e compreensão para o facto de que o "carro" que elas pretendiam ver não se encontrava ainda bem bem pronto!

É preciso reconhecer que não é possível afirmar cabalmente que outra alternativa não tivesse igualmente resultado (embora a situação económica geral do país nestas duas décadas referidas não aparente poder ter viabilizado muitas alternativas). Mas o facto de que este modelo teve sucesso é importante - não apenas para nós, mas como um exemplo das possibilidades existentes em termos de desenvolvimento local para estratégias baseadas na herança cultural e patrimonial que podem ser seguidas em outras urbes e territórios. Nos anos 90, os membros da equipa foram continuamente convidados a participar num largo conjunto de conferências e seminários para fornecer informações sobre como tinha sido possível concretizar tais objectivos. Evidentemente, o "carro patrimonial" tem uma configuração final que depende dos recursos existentes em cada espaço, em cada localidade, e por isso o seu design final não pode (não deve...) ser o resultado de uma transposição integral do modelo entretanto realizado em Mértola. As especificidades locais devem ser tomadas em consideração mas, estou em crer, a abordagem estratégica pode ser útil em projectos similares. Senão por outras razões, pelo menos pela reflexão que existe por detrás da sua implantação, auxiliando desta forma os estrategos de outros projectos de desenvolvimento local a avaliar com todo o cuidado



e minúcia as suas próprias ideias. Este facto, parece-me, deve ser incluído na lista das nossas realizações positivas, o termos desbravado nesta área algum caminho, e é esta cumplicidade estratégica que continua a motivar os membros da equipa para, ainda por mais uma vez – como é o caso deste texto – visitar e reflectir sobre os conteúdos deste projecto.

Se por esta altura o leitor compreendeu já que o motor do nosso carro é o grupo de núcleos museológicos que estão dessiminados ao longo do centro histórico de Mértola (a carroçaria do carro) significa que esta narrativa está a correr bem. Mas, e apesar de apenas sinteticamente apresentado, este não foi um processo simples de concretizar. Num certo sentido, estar envolvidos por tanto tempo na preparação de conteúdos e na gestão da implantação destes núcleos museológicos, mostrou claramente, no final deste processo, que a equipa se tinha parcialmente consumido em número (alguns investigadores abandonaram parcial ou totalmente o projecto) bem como na matéria-prima científica dessas duas décadas (uma vez que a investigação baixou em termos de resultados específicos durante esta fase do projecto). Os investigadores, durante alguns anos, tiveram que desempenhar o papel de capatazes de construção civil, de assistentes de arquitectos e designers, e ainda que encarregar-se da obtenção dos necessários fundos financeiros bem como da sua posterior gestão, isto tudo enquanto procuravam fazer progredir o seu próprio trabalho científico. Mas o facto de que a verba obtida para financiar o projecto museológico tinha um prazo restrito para ser aplicada, e portanto requeria uma maior atenção, conduziu a um desacelerar inevitável da investigação. É hoje evidente que é fundamental proceder à sua reestruturação funcional, refocando o esforço da equipa na investigação pura – para mais porque efectivamente os resultados concretos das duas décadas anteriores estão em grande medida publicados nos catálogos dos núcleos museológicos entretanto inaugurados e em algumas publicações científicas que se foram esforçadamente concluindo. Por isso são necessárias novas linhas de investigação e interpretativas, de modo a conduzir a projectos inovadores – nunca esquecendo que este factor é, sem sombra de dúvida, o elemento mais distintivo num projecto com a estrutura que este apresenta. Deve referir-se que, apesar dos constrangimentos referidos, a maior parte dos investigadores residentes conseguiram ainda avançar para a elaboração de teses de mestrado ou de doutoramento, conjunto que estará concluído no decurso dos próximos dois anos. Esta etapa, para além do que representa em termos da exaustão do conhecimento científico disponível, contribui também para mudar, em muito, a composição da equipa, que passou, nestes anos, de um conjunto de jovens estudantes universitários para um grupo qualificado de académicos – e, por isso, em condições de atrair, por sua vez, novas gerações de investigadores, com as quais podem estruturar as novas linhas de pesquisa que gerarão novos dados, que se percebe já serem fundamentais para assegurar novas etapas para o desenvolvimento deste projecto.

Apesar das aparências, o futuro deste projecto não se apresenta restrito a uma única via, e, de facto, nesta altura, três cenários distintos podem ser delineadas:

- Pode continuar a mover-se na mesma direcção estratégica que até agora, alargando o número de elementos, de tarefas e os projectos específicos de acordo com as possibilidades de financiamento que forem surgindo (tal como tem sido feito até ao momento), mantendo as mesmas duas instituições (ADPM e CAM) a responsabilidade de gerir a maior parte destas acções. Esta opção gerará certamente um movimento em espiral aberta que poderá conduzir ao colapso do projecto, por duas ordens de razões: primeiro, um número muito alargado de actividades é difícil de gerir, e podem gerar-se oscilações resultantes do desenvolvimento não-coordenado de projectos; isto pode conduzir a um colapso mais ou menos súbito. Em segundo lugar, a falta de fundos pode ser também uma causa geradora do mesmo efeito (risco que é fácil de ocorrer por sobredimensão de iniciativas, uma vez que nenhum projecto recebe 100% de comparticipação financeira, e assim, as instituições necessitam de ter uma capacidade de investimento própria que, se excessiva, pode conduzir à sua falência...). Como é evidente, este cenário não é inevitável. E esta estratégia pode ser seguida, embora deva ser assumida, um pouco, como o risco que representa um jogo de poker - toda a riqueza pode desaparecer em consequência de uma má aposta, e daí não existe retorno. Reflectir, com alguma precaução, neste cenário mostrará, a quem o faça, como ele é arriscado...
- a institucionalização das estruturas, desenvolvendo as ligações com as autoridades locais ou regionais, directamente ou através de protocolos, trocando serviços de gestão por estabilidade financeira. Este movimento será o da espiral fechada. Se o anterior podia ser referido como tendo alguma probabilidade de risco, este, ao contrário do que parece, é uma estrada sem saída. Uma tal estratégia conduzirá a transformar toda a acção em rotinas, nas quais os membros da equipa perdem a necessidade de descobrir caminhos inovadores e novas áreas de desenvolvimento, conduzindo, em vez disso, à estagnação, que, mesmo num futuro mais ou menos distante, não deixa de ser inevitável! O CAM, mais do que a ADPM, parece sofrer desta "vertigem para o suicídio"...
- terceira escolha, para encerrar esta análise. Assumir claramente que o primeiro ciclo de desenvolvimento deste projecto acabou, que o facto de ter sido concretizado não só um conjunto nuclear de espaços museológicos mas também pela concretização do projecto do Parque Natural do Vale do Guadiana resume e apresenta os resultados de 20 anos de investigação, e que são hoje estruturas independentes, que podem (devem) continuar a ser utilizadas como ferramentas úteis do desenvolvimento local, mas que, de facto, são institucionalmente muito "pesadas" para andarem sempre a ser arrastadas para toda a parte... É claramente perceptível que estes "seres" têm vida própria, os museus como parte dos equipamentos culturais locais, sob a gestão da Divisão Sócio-Cultural da Autarquia (ou num cenário perfeito, de uma divisão ou secção responsável por Turismo, Museus e Património, capaz de fazer uma gestão integrada destes factores tão decisivos para o desenvolvimento local), e o Parque Natural como membro da rede nacional do Serviço de Conservação da Natureza, organismo que está



sob a supervisão do Ministério do Ambiente. É evidente que, para nos podermos envolver completamente em projectos inovadores, que é necessário deixar para trás as funções de gestão dos anteriores!

Este último cenário auxiliaria certamente as equipas de investigação na sua mobilidade e a poder começar, numa primeira nova etapa, a conceber e a encher novas fundações com dados científicos, sobre os quais construir novos edifícios, novas áreas de projecto para agregar posteriormente no "bairro" entretanto posto de pé. Este modelo estimulará a inovação, diversificará a procura de fontes de financiamento, gerará ferramentas auxiliares imaginativas, garantirá uma permanente actualização da conceptualização teórica das diferentes áreas, em poucas palavras, este projecto permanecerá vivo.

Assim, é necessário levar a cabo uma muito rigorosa análise para seleccionar qual destes modelos deve ser seguido. Na opinião do autor deste texto, e para que fique claro, sem dúvida que esta escolha já vem atrasada. Devia ter sido traçada no momento em que era visível já a conclusão dos núcleos museológicos do Projecto Integrado de Mértola, ou seja, por volta da passagem do milénio. Dois anos depois, tal reflexão está ainda por fazer e o projecto move-se num misto entre os cenários 1 e 2, e em resultado da sua própria inércia...

É evidente que pode ser argumentado que os actuais membros da equipa podem não ter já, dentro de si, o entusiasmo para avançar em direcções que implicam muito mais trabalho ou um grande esforço de actualização no que se refere às competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento local nesta nova década - bem, a ideia utopista com que ele se iniciou continua a ser um óptimo objectivo final, uma excelente ideia. Por isso, outros agentes, partilhando da mesma visão, são tão bons como os actuais. Um desapego a pequenos poderes, e um respeito pela ética e pelo sentido de serviço da comunidade, tal como originalmente estabelecidos, devem continuar a ser pedras basilares da sua actuação que se pretende de desenvolvimento local. Aquilo que me parece claro, neste momento, é que alguma acção, qualquer acção, dentro destes princípios, é melhor do que nenhuma acção. Deixar as coisas correrem por si só vai servir para acabar por aniquilar todo o esforço e trabalho positivo feito até ao momento e, se não houvesse outras razões, as responsabilidades sociais entretanto adquiridas exigem que se mantenha este veículo a rodar em perfeitas e úteis condições. É evidente que, quando referia outros agentes partilhando da mesma visão, essa concordância se estende aos campos da investigação e da salvaguarda patrimonial.

Esta questão conduz-nos a um dos principais tópicos das actuais estratégias de desenvolvimento local baseadas no património. Na generalidade, e desde que o turismo cultural se tornou uma moda - com isto querendo dizer que se tornou parte de uma altamente rentável indústria - que se vem a verificar uma tendência para adular os valores culturais significantes dos recursos locais. Existe uma corrente a favor da "cultura", em que se assiste ao investimento por parte dos políticos autárquicos, com o apoio entusiástico das estruturas económicas existentes nos municípios, em actividades culturais promotoras dos concelhos, tais como festivais,

projectos de conservação de fachadas de edifícios, redescobertas úteis de novas (mas disfarçadas de velhas...) tradições, etc., e em que a maior parte destas acções não têm um trabalho sério na retaguarda no que respeita à investigação científica, muitos destes agentes procurando parecer muito modernos e não falhar na sua parcela de "meter as mãos nos bolsos" dos viajantes das rotas do turismo cultural, tendência que é claramente perceptível em tantos desses acontecimentos ditos de tradição cultural.

Investigadores e agentes de desenvolvimento local têm um papel efectivamente sério a cumprir, já e no futuro, contribuindo com o seu discernimento, preparação técnica e esforço para evitar tais tentações por parte das comunidades locais e dos seus representantes. É muito importante difundir a ideia – e este é um dos papéis que um conselho cultural local pode ter – de que, numa estratégia de longo prazo, a seriedade que deve envolver todas as componentes do desenvolvimento local – e a herança patrimonial é um deles – é um aspecto fundamental. Muitas pessoas tendem a confundir escala com valor. Precipitadamente julgando que aqueles que têm mais ou maiores monumentos terão mais visitantes, e, portanto, maior numero de recursos externos contribuindo para o desenvolvimento local. E tendendo a esquecer que isto não passa de um resultado proporcional – esses locais tiveram seguramente, ao longo da história, populações de maior dimensão, e por isso consideravelmente maiores recursos com os quais produzir a parte material da sua herança cultural. A questão relevante é, tão-somente, salvaguardar de forma correcta os recursos existentes em cada lugar, porque esses são o testemunho da sua evolução histórica, económica, social e cultural. É essa associação que os torna únicos, originais. Igualmente importante será realçar que os resultados do seu estudo e o seu valor específico não devem ser artificialmente valorizados meramente para fins de uma qualquer estratégia de turismo cultural: os recursos locais são o que são – e é nessa autenticidade e especificidade que se funda muito do seu valor.

À primeira vista, muitos pequenos locais aparentam nada ter de valioso para apresentar. Vestígios materiais (monumentos, artefactos, etc.) ou imateriais (tradições, lendas, etc.) podem ser em pequeno número, ou parecer não ter qualquer relevância num primeiro momento. Mas as estratégias de investigação podem, e de facto conseguem-no, aumentar os dados culturais e patrimoniais disponíveis (sem artificialidade, destaque-se...) para esse modelo de desenvolvimento local, com a vantagem de que esses dados têm sólidos alicerces. E assim, quer seja para as populações locais, quer seja para os visitantes, eles possuem um valor que não depende, de todo em todo, da sua dimensão ou quantidade. Esta questão tem um argumento central que não deve ser considerado menor nestas propostas – as audiências locais estão no centro do trabalho realizado, são o seu principal público-alvo, e a elas se destinam em primeira-mão as informações e resultados obtidos. Toda a tentação de construir "terras de fantasia" deve ser evitada. Os visitantes devem sentir que são privilegiados em participar num processo cultural que existe, que é concreto e que está vivo, e ajudando, com a sua presença, com a sua apreciação, a salientar a riqueza cultural de qualquer localidade ou território. A opção contrária



conduz a uma inevitável descaracterização da cultura local. Ao perderem a familiaridade com componentes integradores do seu passado e raízes culturais, a população local, em particular as gerações mais novas, tenderão a facilmente deslocar-se para viver noutras localidades, naturalmente absorvidas pelas gigantes metrópoles que estão em contínua expansão. Se estes actores, que são autênticos, forem substituídos por meros agentes económicos associados ao turismo, para os quais o lucro é a preocupação determinante, está aberta uma larga via para a penetração de "tradições artificiais", como já é comum ver-se na maioria dos eventos de características folclóricas. A salvaguarda do património é uma estratégia completamente diferente.

Importante também é referir a questão da divulgação, e o tipo de abordagem estratégica para este sector no que se refere ao património, particularmente se relacionado com segmentos particularmente sensíveis, como o património arqueológico ou artístico, que necessitam de intermediação adequada quando disponibilizadas ao olhar do público, seja ele de que tipologia for.

Quando se está a lidar com o património como componente de uma estratégia de desenvolvimento local, alguns aspectos fundamentais da sua difusão pública podem ser enquadráveis em duas linhas orientadoras principais:

- que a sua audiência principal é a audiência local, em que o sentido de pertença e de participação cívica são aspectos fundamentais a estabelecer, enquanto elementos constantes da gestão quotidiana e das ferramentas desenvolvidas ou a desenvolver para a sua melhoria; com uma actuação deste tipo, os resultados serão seguramente mais do que meramente simbólicos;
- que as audiências externas, visitantes e turistas, têm que ser capazes de apreender a relevância científica e histórica do local, e não meramente ter dele uma percepção visual, pelo que o maior conjunto possível de dados lhes deve ser facultado.

É também um dado concreto que muitos investigadores, particularmente se permanentemente fixados nos locais onde também se realiza a sua investigação científica, acabam por desenvolver pelo menos uma costela de animadores ou agentes culturais. Para lá da relevância social e humana de tais desempenhos, não devem, no entanto, esquecer qual a sua responsabilidade predominante: o conhecimento, conservação e intermediação do património local.

Tudo isto requer, tal como foi nossa tentativa concretizar em Mértola, um delicado balanço entre os resultados da investigação científica e os métodos de difusão, e entre as estratégias educativas e de animação preparadas para os distintos tipos de audiências e as necessidades de conservação e salvaguarda dos recursos culturais envolvidos em tais acções.

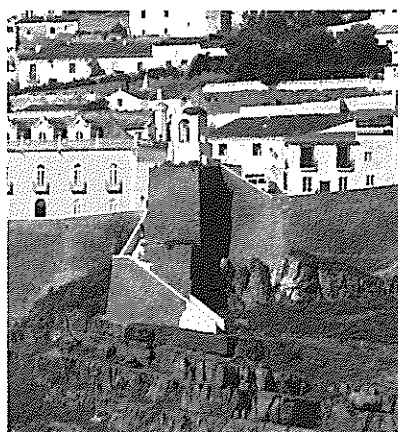
A escolha de boas práticas não será, certamente, mais dispendiosa do que aquelas que usam os recursos culturais e patrimoniais de uma forma meramente instrumental. É questão de definir com clareza qual é o enriquecimento cultural que se pode fornecer a cada tipo de audiência e

manter um respeito integral pelos objectivos dessa forma traçados. Os benefícios económicos serão disso uma consequência, e não o objectivo da estratégia em si mesma. Por isso as autoridades locais, regionais e, mesmo às vezes, nacionais devem considerar esta solução como boa prática. Equilibrar a salvaguarda com a difusão surge assim como um sólido investimento – e não meramente útil pelos seus impactos económicos, actuais e futuros – e também pelo papel que pode desempenhar como elemento importante de gestão e planeamento de uma estratégia a longo termo para o desenvolvimento territorial.

O Festival Islâmico (uma bienal cultural que se realiza em Mértola, 1ª edição em 2001) é um exemplo de como esta simbiose pode ser feliz. A vila possuía então dois elementos cientificamente importantes, ambos a justificar uma deslocação para os conhecer: a igreja matriz, a merecer maior destaque por ser o único edifício de uma antiga mesquita que chegou, em Portugal, aos nossos dias, e a zona da alcáçova do castelo, onde desde 1978 se escavam vestígios arqueológicos pertencentes, em parte considerável, a esta época histórica. A ideia foi misturar a visita ao património local cultural islâmico, a outras actividades e atractivos como, por exemplo, a reconstituição de um souk (mercado), a celebração de cerimónias religiosas da tradição corânica, efectuadas pelas gentes de fé muçulmana que por esses dias se encontravam em Mértola. O programa incluiu a realização de uma conferência científica e, paralelamente, foi apresentada uma grande exposição fotográfica destinada a uma audiência mais genérica. Todo este programa cultural foi desenhado tendo como ideia central a compreensão das raízes multiculturais que um país como o nosso e uma localidade portuária como Mértola necessariamente possuem na sua génese. Sucesso de grande dimensão, quer numa perspectiva cultural, quer numa óptica económica, o Festival vai ser reeditado em 2003, apresentando agora uma nova estrela nos recursos patrimoniais disponíveis ao visitante – o novo núcleo museológico, inaugurado entretanto, e que é consagrado a este período histórico.

O Festival, bem como outros eventos anteriores a ele, como conferências científicas e prémios, ou as inaugurações dos diferentes núcleos museológicos, alinha integralmente na estratégia promocional delineada, muitos anos antes, e que estava relacionada com a pouca disponibilidade de fundos financeiros para investimento publicitário. Promovendo, junto dos media (operadores televisivos, imprensa escrita, rádios, etc.), este projecto e a filosofia de intervenção cultural preconizada, foi possível obter um importante conjunto de referências que ajudaram a divulgar o trabalho realizado. Nenhuma influência em particular foi exercida para o conseguir, para lá de um bem defendido trabalho de relações públicas e, evidentemente, o valor do projecto em si mesmo (e, durante bastante tempo, a sua originalidade). A cultura e o progresso científico são notícias com impacto em certos segmentos de audiência, e podem, por isso, ser conteúdos interessantes para os meios de comunicação social.

As parcerias internacionais – com um fluxo constante na direcção de Portugal desde a adesão à União Europeia – corresponderam, também, a uma parcela considerável do processo de difusão utilizado pelo projecto.



Alguma desta difusão é também obtida por processos indirectos, principalmente quando se tratam de parcerias ligadas a projectos de investigação científica ou de conservação patrimonial, cujos resultados são principalmente conhecidos no contexto restrito de audiências especializadas. Mas também, e em especial nos últimos anos, temos trabalho bastante em projectos em que a difusão dos conteúdos patrimoniais é o projecto em si mesmo – como o REVA (Rede Europeia de Vilas Arqueológicas) ou o RESIDE (Reseaux des Sites pour le Development, baseado no valor da herança romana existente no concelho e região envolvente), procurando dar a conhecer, através da Internet e de instrumentos conjuntos da rede de locais (como exposições ou catálogos), os recursos patrimoniais de Mértola. O último destes projectos, que deu origem a um sistema de base de dados científicos de grande capacidade, com um interface de consulta com valências ligadas ao turismo cultural, está previsto continuar a expandir-se, nos próximos anos, a partir de uma entretanto constituída rede de cidades europeias (AVEC – Association des Villes Européennes de Culture), na expectativa de que os bons resultados e práticas concretizadas no RESIDE possam ser utilizados e melhorados por outros parceiros.

A difusão, seguindo esta metodologia aqui descrita, pode assim conjugar dados e interesses de natureza científica e turística sem qualquer problema ou contradição. A espinha dorsal desta mistura pretende garantir que é o interesse da salvaguarda cultural que predomina sobre todos os outros que possam eventualmente estar envolvidos. Aumentar o valor do património local junto da sua população, torná-los mais orgulhosos do seu passado e dos seus testemunhos materiais, aumentar a sua confiança e alternativas face aos desafios do futuro. Junto dos visitantes, contribuir para os enriquecer com o conhecimento relativo a um local de grande valor histórico e patrimonial, fazê-los sentir que, desse contacto, alguma coisa mais levam consigo quando terminam a visita, não só em termos de conhecimentos, mas nas suas memórias, nos seus afectos.

É evidente, para qualquer projecto desta natureza, que os recursos económicos que dele podem advir através do turismo não são negligenciáveis. Desta forma, a ênfase deve ser colocada na garantia de existência de uma correcta interacção entre o Turismo e a Herança Cultural. Como pode isto ser feito?

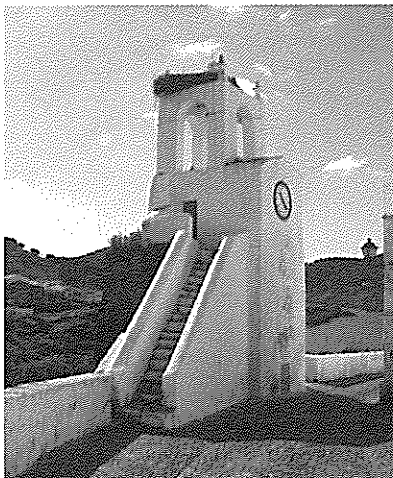
Em primeiro lugar, garantir que a utilização dos recursos patrimoniais é feita segundo regras estritas, devendo alertar-se em particular os agentes económicos de que o seu uso não deve ser segundo a máxima "usar até à exaustão", porque isso lhes trará mais prejuízo do que vantagens para os seus negócios. Uma grande proximidade e intercomunicação com estes agentes, em especial através de acções de sensibilização para estes aspectos, devem ser obtidas e estimadas como de grande importância estratégica e exemplo de boa prática.

Também o desenvolvimento da estratégia de turismo cultural deve garantir a sua sustentabilidade a partir de um número mínimo (e não máximo) de visitantes – e isto não significa que, em consequência disso, cada um deva "ser espremido até ao tutano" em consequência... Significa, tão

simplesmente, que deve ser encontrado um ponto de equilíbrio entre o número potencial de visitantes/ano e a sua desejavelmente equilibrada distribuição ao longo de todo o ano. A busca desta solução deve ser feita de acordo com uma estratégia de marketing adequada que faça a gestão das diferentes etapas de promoção, procurando, com estímulos pontuais, obter os resultados referidos. Um argumento de grande importância, ao qual as audiências do turismo cultural respondem, em geral, positivamente, é o facto de que tal estratégia assegura uma visita de qualidade, por impedir, cuidadosamente, um consumo de massas (que, mesmo no caso de pequenas localidades, pode existir, bastando incentivar o seu constante consumo acima das capacidades físicas dos próprios locais a visitar). Quantas vezes, ao visitarmos locais de elevado prestígio patrimonial não nos sobrevém um sentimento de frustração devido às multidões que se acotovelam nas visitas guiadas que somos forçados a fazer? Em locais onde este fenómeno não se verifica é fundamental agir, com meticulosas estratégias de promoção e correctos instrumentos de gestão, para que tal não venha a ocorrer. A longo termo, este será, decerto, um argumento de grande valor. Em Mértola, numa avaliação (informal) que realizei recentemente junto dos investidores locais do sector turístico, o acordo foi geral: o maior problema que eles enfrentam não é o número de visitantes que se deslocam a Mértola num ano (no geral, bem adaptado à capacidade de carga do local, mesmo nos seus dias de carga máxima, e possuindo ainda uma capacidade de crescimento global, em cerca de 50%) mas, ao invés, a distribuição irregular que se verifica ao longo do mesmo. Se não fosse o facto de que a maior parte deles são negócios de tipo exploração familiar, significando que uma parte das actividades do mesmo são executadas gratuitamente ou por baixo encargo, e, provavelmente, o número de negócios existente já teria sofrido uma ainda maior redução em consequência do impacto anual da estação baixa a nível turístico.

É igualmente importante que sejam criados instrumentos de difusão que possam, de uma forma razoável, substituir ou interpretar parte daquilo que o visitante tem a expectativa de ver. Desta forma será possível manter em boas condições de salvaguarda aquelas áreas ou elementos que sejam considerados em risco ou de difícil acesso. Uma vez mais, um adequado plano de comunicação pode dar a conhecer o património local e ao mesmo tempo contribuir para a formação das audiências, com uma mensagem pedagógica que alerta para a responsabilidade comum que é a sua preservação. O apelo à participação social, ao menos pelo que indica a minha experiência pessoal de contacto com visitantes, é, quase sempre, bem aceite, em especial naqueles segmentos do público que têm por hábito o consumo de produtos culturais.

Tomando todos estes argumentos em consideração, e tal como é assinalado pela Carta do Concelho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) para o Turismo Cultural, poderíamos concluir que "a correcta salvaguarda do património não é oposta à possibilidade de proporcionar aos visitantes recompensadoras, satisfatórias e aprazíveis experiências". Recorrendo ao exemplo inicial, será como guiar um carro em



segurança - mesmo que tenha um possante motor. O cuidado não transforma a viagem num evento aborrecido... apenas assegura que se chegará, e mais longe!

Notas finais

Escrever, ao mesmo tempo, dois textos sobre a mesma temática, pareceu-me, desde o início, tarefa impossível de concretizar, já que esta reflexão aqui apresentada não podia gerar dois grupos distintos de conclusões. Em resultado disso, este texto terá uma versão em língua inglesa, publicada nas Actas do Encontro "Heritage, New Technologies and Local Development", realizado em Gand, em Setembro de 2002, sob os auspícios do Centro ENAME de Arqueologia e do ICOMOS. Os leitores terão assim uma escolha...

Por último, um particular agradecimento, uma vez mais, à Câmara Municipal de Vila do Conde, nas pessoas dos seus eleitos, pelos generosos convites que me têm endereçado para as suas iniciativas à volta da temática do património, e pela sua hospitalidade, e ao Paulo Costa Pinto, a que acresce a amizade.

(*) Rui Mateus nasceu a 7 de Janeiro de 1963, em Campo de Ourique, Lisboa.

Licenciado em História de Arte pela Universidade de Lisboa, em 1986, cedo se junta ao grupo liderado por Cláudio Torres, que estabelece em Mértola uma das mais fascinantes e bem sucedidas experiências de ligação entre Património e Desenvolvimento Local.

Em 1996 defende na Universidade de Évora a dissertação de Mestrado na área da Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, conseguindo, no ano seguinte, o diploma europeu em Gestão de Projectos Culturais do Conselho da Europa.

Actualmente é investigador do Campo Arqueológico de Mértola e trabalha na dissertação de doutoramento na área da Conservação do Património Arquitectónico.